

ARQUITETURA, CULTURA E MODOS DE HABITAR: REFLEXÕES SOBRE SABERES TRADICIONAIS E TERRITORIALIDADES RURAIS

ARCHITECTURE, CULTURE, AND WAYS OF DWELLING: REFLECTIONS ON
TRADITIONAL KNOWLEDGE AND RURAL TERRITORIALITIES

Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais
Aplicadas

• 12/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791775894](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791775894)

Lucas Alves de Oliveira¹

RESUMO

Este artigo discute a arquitetura rural como expressão dos modos de habitar, articulando arquitetura, cultura, território, memória e saberes tradicionais. Caracteriza-se como um ensaio teórico de natureza qualitativa, baseado em revisão bibliográfica e diálogo interdisciplinar entre arquitetura, geografia, antropologia e perspectivas decoloniais. A reflexão parte da compreensão de que as edificações não constituem apenas objetos físicos, mas materializações de relações sociais, experiências, conhecimentos e formas de pertencimento produzidas no cotidiano. O Norte de Minas Gerais é tomado como horizonte territorial de reflexão, sem ser tratado como unidade cultural homogênea, considerando-se a diversidade de territorialidades de grupos tradicionais. Sustenta-se que a casa rural e os espaços que a articulam podem ser compreendidos como materializações de saberes territoriais, e que a continuidade dessas arquiteturas depende não apenas da conservação física, mas também das condições sociais, culturais e territoriais que permitem sua reprodução. O artigo procura contribuir para uma leitura ampliada da arquitetura rural, evitando tanto sua redução a objeto técnico quanto sua idealização como forma imutável do passado. O argumento central consiste em propor a casa rural como parte de um sistema territorial de práticas, e não como objeto arquitetônico isolado.

Palavras-chave: arquitetura rural; arquitetura vernacular; modos de habitar; território; saberes tradicionais; Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT

This article discusses rural architecture as an expression of ways of dwelling, articulating architecture, culture, territory, memory, and traditional knowledge. It is a qualitative theoretical essay based on bibliographic review and interdisciplinary dialogue among

architecture, geography, anthropology, and decolonial perspectives. The discussion understands buildings not merely as physical objects, but as material expressions of social relations, experiences, knowledge, and forms of belonging produced in everyday life. Northern Minas Gerais is taken as a territorial horizon of reflection, without being treated as a homogeneous cultural unit, considering the diversity of territorialities of traditional groups. The article argues that rural houses and the spaces connected to them can be understood as materializations of territorial knowledge and that the continuity of these architectures depends not only on physical conservation, but also on the social, cultural, and territorial conditions that allow their reproduction.

Keywords: rural architecture; vernacular architecture; ways of dwelling; territory; traditional knowledge; Northern Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura costuma ser compreendida, em grande parte da produção acadêmica e profissional, a partir de seus aspectos formais, técnicos e funcionais. Plantas, cortes, fachadas, sistemas estruturais, materiais e programas constituem instrumentos fundamentais para descrever e projetar o espaço construído. Entretanto, quando o objeto de análise é a arquitetura produzida em contextos rurais e vinculada a modos de vida tradicionais, essa leitura exclusivamente objetual torna-se insuficiente. A casa não é apenas o resultado de uma decisão construtiva: ela participa de relações familiares, produtivas, ambientais, simbólicas e territoriais que se desenvolvem ao longo do tempo.

Partir dessa compreensão significa reconhecer que construir e habitar são ações profundamente relacionadas. A edificação surge

em determinado contexto, mas também contribui para organizá-lo. A varanda pode favorecer encontros; o quintal pode articular produção e convivência; a proximidade da água pode influenciar a implantação; os espaços de armazenamento podem responder a ciclos produtivos; e os materiais podem expressar conhecimentos acumulados sobre o ambiente. Desse modo, a arquitetura pode ser entendida como parte de um sistema maior de práticas.

A discussão proposta neste artigo procura aproximar quatro dimensões: arquitetura, cultura, território e saberes. O objetivo é compreender de que maneira a arquitetura rural pode ser interpretada como materialização de conhecimentos produzidos pela experiência e transmitidos socialmente. Para isso, mobilizam-se contribuições de autores que discutem arquitetura vernacular, habitar, espaço, lugar, território, memória e colonialidade do conhecimento.

O Norte de Minas Gerais constitui o horizonte territorial da reflexão por reunir diferentes ambientes, processos históricos e comunidades tradicionais. A região não é tomada como uma unidade cultural homogênea. Ao contrário, sua diversidade permite questionar a ideia de que exista uma única arquitetura rural regional e conduz à investigação das relações específicas entre cada modo de vida, cada ambiente e cada forma de construir.

O problema central pode ser formulado da seguinte maneira: de que modo a arquitetura rural pode ser compreendida como expressão e materialização de saberes territoriais? A pergunta desloca o foco da identificação de formas arquitetônicas para os processos que lhes dão origem e significado. Interessa compreender não somente como determinada casa é construída, mas quais

experiências, conhecimentos e relações territoriais participam de sua construção, uso e transformação.

Parte-se da hipótese interpretativa de que a arquitetura rural funciona como um registro material de práticas sociais e ambientais. Ela não registra essas práticas de maneira passiva: ao organizar percursos, encontros, trabalhos e relações com a paisagem, participa da própria produção cotidiana do território. Essa compreensão permite ampliar a discussão sobre arquitetura vernacular, relacionando-a a memória, identidade, pertencimento e reprodução cultural.

1.1. Problema, Objetivo e Contribuição do Estudo

A originalidade do argumento está, portanto, na articulação entre três níveis que frequentemente aparecem separados: a experiência do habitar, a produção territorial e a materialidade arquitetônica. O artigo sustenta que os saberes territoriais não apenas influenciam a forma da arquitetura; eles também são aprendidos, transmitidos e parcialmente preservados por meio das relações espaciais que a arquitetura organiza. Essa proposição deverá ser testada em pesquisas de campo futuras, mas oferece uma hipótese de trabalho para estudos arquitetônicos no Norte de Minas Gerais.

A contribuição pretendida não consiste em propor uma nova tipologia formal de casas rurais, mas em defender uma mudança de escala analítica. Em vez de tomar a edificação como unidade suficiente de investigação, propõe-se considerar o conjunto formado por casa, espaços de produção, quintal, caminhos, paisagem, práticas e memórias. Essa mudança permite que a arquitetura seja

analisada simultaneamente como materialidade e como prática social.

A partir desse problema, o objetivo geral do artigo é analisar de que maneira a arquitetura rural pode ser interpretada como materialização de saberes territoriais, articulando forma construída, práticas cotidianas, memória, ambiente e relações de pertencimento. Como objetivos específicos, busca-se: discutir a arquitetura vernacular para além de sua dimensão formal; relacionar os conceitos de habitar, lugar e memória à experiência rural; aproximar arquitetura e território por meio da noção de saberes territoriais; e indicar implicações dessa leitura para a pesquisa arquitetônica e para a preservação de arquiteturas rurais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico de natureza qualitativa, construído a partir de revisão bibliográfica e de uma leitura interdisciplinar da relação entre arquitetura, cultura, território e modos de habitar. A escolha desse percurso decorre do objetivo do artigo: não se pretende produzir um levantamento estatístico ou uma tipologia definitiva das casas rurais, mas construir uma chave interpretativa capaz de aproximar diferentes campos de conhecimento e formular questões para pesquisas empíricas posteriores.

A revisão mobiliza contribuições da arquitetura vernacular, da fenomenologia, da geografia, da antropologia e das perspectivas decoloniais. Rapoport (1969) e Oliver (2003) ajudam a compreender a habitação em relação aos fatores culturais e sociais. Heidegger

(2002), Tuan (2013), Bachelard (1993) e Ingold (2015) permitem aprofundar a dimensão experiencial do habitar, considerando espaço, lugar, memória, percepção e relação com o ambiente. Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Santos (2006) contribuem para discutir território, relações de poder e produção espacial. Escobar (2016), Quijano (2005) e Walsh (2009) permitem problematizar hierarquias epistemológicas e formas hegemônicas de interpretar desenvolvimento, território e conhecimento.

A discussão regional é construída em diálogo com pesquisas sobre comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais. Essas referências são utilizadas para reconhecer a diversidade regional e evitar generalizações. Geraizeiros, vazanteiros e veredeiros, por exemplo, relacionam-se com paisagens, ciclos ambientais e processos territoriais distintos. A arquitetura vinculada a esses modos de vida também deve ser analisada considerando suas especificidades.

É importante explicitar que o artigo não resulta de trabalho de campo próprio realizado com as comunidades mencionadas. As afirmações sobre seus modos de vida estão, portanto, subordinadas à bibliografia consultada. Essa delimitação impede que o texto fale em nome dos sujeitos e aponta para uma etapa futura de pesquisa, na qual entrevistas, história oral, levantamento arquitetônico, cartografia social, registros fotográficos e observação participante poderão aprofundar ou revisar as hipóteses aqui formuladas.

Da mesma forma, o Norte de Minas Gerais é tratado como horizonte de reflexão, e não como categoria capaz de explicar por si mesma todas as manifestações arquitetônicas rurais da região. O objetivo é investigar relações e perguntas, não estabelecer um modelo formal

universal. Essa escolha metodológica é essencial para que a arquitetura não seja transformada em inventário de características supostamente permanentes.

3. ARQUITETURA E CULTURA: PARA ALÉM DA MATERIALIDADE

3.1. A Forma Arquitetônica Como Resultado de Escolhas Sociais e Ambientais

A leitura cultural da arquitetura rural pode ser aprofundada quando se observa que a forma construída resulta da combinação de decisões que raramente são tomadas de maneira isolada. A implantação da moradia, a escolha de determinados materiais, a dimensão dos espaços e a relação entre ambientes domésticos e produtivos correspondem a respostas construídas diante de necessidades concretas, mas também de hábitos, valores e experiências acumuladas. Rapoport (1969) é importante para essa discussão porque desloca a explicação da forma arquitetônica de uma causalidade exclusivamente física para uma compreensão em que fatores culturais participam da organização do ambiente construído.

Isso não significa negar a importância do clima, da topografia, da disponibilidade de materiais ou das condições econômicas. O problema está em tratá-los como explicações suficientes. Um mesmo recurso material pode ser utilizado de formas distintas, assim como soluções semelhantes podem surgir em contextos culturais diferentes. A arquitetura rural, portanto, deve ser observada como resultado de relações entre possibilidades e escolhas. A materialidade estabelece limites e oportunidades, enquanto os

grupos sociais atribuem usos, significados e prioridades a essas possibilidades.

Essa perspectiva também permite compreender por que a comparação entre casas rurais não deve se limitar à identificação de semelhanças formais. Duas edificações podem possuir cobertura, planta ou materialidade semelhantes e, ainda assim, desempenhar papéis diferentes na vida cotidiana. O significado de uma varanda, por exemplo, depende de como ela é utilizada, por quem, em quais momentos do dia e em relação a quais práticas. A forma, nesse sentido, ganha inteligibilidade quando relacionada às ações que nela se desenvolvem.

Oliver (2003) reforça essa interpretação ao tratar a arquitetura vernacular como produção vinculada às necessidades, recursos e tradições das comunidades. O termo vernacular, portanto, não deve ser empregado para designar simplesmente uma aparência rústica ou uma determinada técnica. Ele pode ser entendido como referência a processos de produção espacial nos quais o conhecimento construtivo se relaciona estreitamente à experiência cotidiana e à transmissão social.

3.2. Entre o Doméstico e o Produtivo: A Casa Como Espaço Híbrido

Outra dimensão que merece aprofundamento é a relação entre os espaços domésticos e produtivos. Em contextos rurais, a separação rígida entre residência e produção nem sempre corresponde à experiência efetiva dos moradores. O entorno imediato da casa pode concentrar atividades de cultivo, criação, armazenamento, preparo de alimentos, manutenção de ferramentas, sociabilidade e

descanso. Assim, a arquitetura da moradia participa de uma organização espacial mais ampla, na qual trabalho e vida doméstica se interpenetram.

Essa condição altera a maneira de interpretar o programa arquitetônico. Se a análise considerar apenas os ambientes internos, parte significativa das atividades ficará invisível. O quintal, a área sombreada, os caminhos de acesso, os espaços de armazenamento e os locais de trabalho podem possuir importância semelhante à dos cômodos convencionalmente reconhecidos como parte da casa. A unidade de análise precisa, portanto, acompanhar a unidade da experiência cotidiana.

A distinção entre espaço doméstico e produtivo também precisa considerar as diferenças entre famílias e territorialidades. Não existe uma organização universal da casa rural. Os usos variam segundo composição familiar, atividades econômicas, disponibilidade de terra, condições ambientais e trajetórias históricas. A arquitetura deve ser investigada, portanto, por meio das relações entre espaços e práticas, e não pela aplicação automática de um modelo tipológico.

Entender a arquitetura como manifestação cultural significa reconhecer que toda construção é realizada em uma sociedade que possui valores, hábitos, conhecimentos e formas específicas de organizar a vida. Rapoport (1969) demonstra que a forma da casa não pode ser explicada apenas pelo clima, pelos materiais disponíveis ou pela técnica. Esses fatores participam do processo, mas interagem com padrões sociais e culturais. A casa, nessa perspectiva, é uma expressão de escolhas coletivas e individuais realizadas dentro de determinadas condições.

A arquitetura vernacular torna essa relação especialmente evidente. Oliver (2003) observa que as edificações vernaculares estão profundamente vinculadas às necessidades, recursos, tradições e condições ambientais das comunidades que as produzem. Isso não significa que sejam formas puras ou imutáveis. Pelo contrário, elas resultam de processos históricos de adaptação. Uma técnica pode ser modificada, um material pode ser substituído e um espaço pode adquirir nova função sem que a relação cultural com o habitar desapareça.

Essa constatação ajuda a superar a oposição simplista entre arquitetura 'erudita' e arquitetura 'popular'. A ausência de autoria profissional não significa ausência de projeto. Muitas decisões espaciais são tomadas a partir de conhecimentos acumulados e de experiências compartilhadas. O projeto pode existir como prática social, mesmo quando não está registrado em desenho técnico.

Também é necessário questionar a ideia de que a arquitetura tradicional constitui apenas uma etapa anterior à arquitetura moderna. Quando uma construção rural incorpora materiais industrializados ou novos equipamentos, isso não significa necessariamente que tenha deixado de ser culturalmente vinculada ao território. A cultura é dinâmica. As formas de habitar podem incorporar novos elementos e, ao mesmo tempo, manter princípios de organização espacial, relações familiares e práticas de uso que lhes conferem continuidade.

Por isso, a análise da arquitetura rural deve considerar permanências e transformações. Uma casa pode manter sua implantação, mas alterar sua cobertura. Pode preservar a varanda e modificar os dormitórios. Pode receber banheiro interno, ampliar a cozinha ou

fechar espaços originalmente abertos. Cada mudança pode revelar transformações na estrutura familiar, no acesso a materiais, nas condições econômicas e nas expectativas de conforto.

4. HABITAR COMO EXPERIÊNCIA: MEMÓRIA, TERRITÓRIO E SABERES

4.1. Para Além da Casa Como Objeto: O Habitar Como Condição Humana

Heidegger (2002) permite pensar o habitar para além da ideia de ocupar um espaço físico. Construir e habitar estão relacionados a formas de estabelecer vínculos com o mundo. A casa, nessa perspectiva, não é apenas abrigo: é uma das maneiras pelas quais as pessoas constituem uma relação cotidiana com o ambiente e com os outros.

Essa compreensão é especialmente produtiva para a arquitetura rural porque as atividades domésticas frequentemente ultrapassam os limites da edificação. Trabalhar, plantar, criar animais, cozinhar, receber pessoas, descansar e circular fazem parte de uma mesma experiência territorial. O espaço doméstico pode se distribuir por diferentes lugares e horários.

Quando o habitar é compreendido como experiência, o arquiteto passa a observar aspectos que dificilmente aparecem apenas na planta. É necessário perguntar como as pessoas usam os espaços, quais lugares frequentam em diferentes momentos do dia, quais áreas são associadas ao trabalho, à intimidade ou à sociabilidade e quais percursos se repetem ao longo das estações.

4.2. O Espaço Transformado em Lugar: Experiência, Pertencimento e Identidade

Tuan (2013) diferencia espaço e lugar a partir da experiência. O espaço pode ser compreendido como possibilidade de movimento, enquanto o lugar adquire significado à medida que é vivido, conhecido e valorizado. Essa distinção é relevante para a arquitetura porque uma mesma configuração física pode assumir significados distintos para pessoas diferentes.

No contexto rural, o lugar pode estar associado a acontecimentos familiares, práticas produtivas, festas, encontros e memórias. Uma varanda não é somente uma extensão da sala; pode ser o local onde gerações conversaram, onde se recebeu uma visita importante ou onde determinados acontecimentos foram narrados repetidamente. O valor arquitetônico não está, portanto, apenas na forma, mas na experiência acumulada.

Essa dimensão contribui para compreender pertencimento. Pertencer a um território não significa apenas possuir uma propriedade ou permanecer fisicamente em determinado ponto. Significa reconhecer-se em uma rede de relações, histórias e práticas. A arquitetura participa dessa rede ao oferecer espaços nos quais essas relações se tornam visíveis e praticáveis.

4.3. A Casa Como Memória: Lembranças, Afetos e Narrativas do Cotidiano

Bachelard (1993) demonstra a importância da casa na construção das imagens da memória e da intimidade. A casa pode ser entendida como espaço onde lembranças se organizam e onde experiências pessoais adquirem uma dimensão espacial. Essa

perspectiva amplia a leitura patrimonial porque mostra que o valor de uma construção pode estar associado a experiências que não são mensuráveis apenas por critérios formais.

A memória arquitetônica não é necessariamente estática. As pessoas recordam espaços a partir de cheiros, sons, objetos, trajetos, iluminação, texturas e acontecimentos. Um cômodo pequeno pode adquirir enorme importância afetiva; um terreiro pode ser lembrado por festas; uma árvore pode funcionar como marcador de diferentes gerações. Esses elementos constituem uma paisagem doméstica que não pode ser reduzida à edificação principal.

Para a pesquisa, isso significa que entrevistas e história oral podem complementar o levantamento arquitetônico. Perguntar aos moradores sobre os espaços mais importantes da casa, sobre transformações e sobre lembranças pode revelar relações que um desenho técnico não registra. A documentação arquitetônica, nesse caso, torna-se também documentação de memória.

4.4. Habitar é Aprender com o Território: Paisagem, Experiência e Saberes Tradicionais

Ingold (2015) propõe uma compreensão do conhecimento vinculada à experiência e ao movimento. Aprender não consiste somente em receber informações prontas, mas em desenvolver habilidades por meio da participação no mundo. Essa perspectiva ajuda a compreender como saberes territoriais são transmitidos em contextos rurais.

Conhecer o território pode significar reconhecer o comportamento da água, identificar espécies vegetais, perceber mudanças no solo, observar os ventos, acompanhar ciclos de chuva e seca e saber onde

determinadas atividades podem ser realizadas. Esses conhecimentos são inseparáveis das práticas cotidianas. O território é aprendido enquanto é vivido.

Quando esse conhecimento participa da construção, a arquitetura pode ser entendida como uma forma materializada de aprendizagem. A implantação da casa, a abertura de uma varanda, a escolha de determinado material ou a organização do quintal podem resultar de uma longa experiência coletiva. O edifício não contém todo o conhecimento, mas torna visíveis algumas de suas consequências.

Esse ponto é fundamental para uma abordagem decolonial. Quijano (2005) e Walsh (2009) chamam atenção para hierarquias que definem quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos. No campo da arquitetura, uma consequência dessa discussão é questionar a tendência de considerar conhecimento técnico-profissional como único saber válido para interpretar e transformar o espaço.

4.5. Arquitetura Rural Como Narrativa do Território

4.6. Dimensões Sensoriais do Habitar Rural

A experiência do habitar também possui uma dimensão sensorial que dificilmente é registrada por desenhos técnicos convencionais. A percepção da temperatura, dos sons, da luminosidade, dos cheiros e das texturas participa da construção do significado dos espaços. Tuan (2012; 2013) permite compreender que a relação com o ambiente não é apenas funcional, pois envolve percepção, afetividade e experiência acumulada. A casa e seus espaços

adjacentes são vividos corporalmente antes de serem descritos como objetos arquitetônicos.

Em uma pesquisa sobre arquitetura rural, essa dimensão pode ser investigada por meio de narrativas dos moradores. Perguntas aparentemente simples — qual lugar da casa é mais fresco, onde se costuma permanecer no final da tarde, de onde se observa a chuva, em qual espaço se recebem visitantes, onde se guardam objetos importantes — podem revelar relações entre forma, uso e memória. O valor analítico dessas informações está justamente em mostrar que a qualidade de um espaço não se reduz à sua dimensão física.

A dimensão sensorial também contribui para compreender a permanência de determinadas soluções construtivas. Uma varanda pode permanecer não apenas porque possui determinada forma, mas porque oferece sombra, ventilação, transição entre interior e exterior e condições favoráveis para a convivência. Da mesma maneira, um espaço de uso tradicional pode ser transformado quando novos materiais ou equipamentos modificam as condições ambientais percebidas pelos moradores.

Essa abordagem amplia a noção de patrimônio. Preservar uma arquitetura rural não significa somente manter paredes, cobertura e esquadrias. Significa também reconhecer relações de uso e experiências que atribuem sentido àqueles espaços. A materialidade continua fundamental, mas passa a ser entendida como suporte de práticas, lembranças e formas de perceber o ambiente.

A arquitetura rural pode ser lida como narrativa porque sua materialidade reúne marcas de diferentes tempos. Uma parede ampliada, uma cobertura substituída, uma varanda fechada ou um

novo cômodo podem revelar mudanças na vida familiar. O edifício torna-se uma espécie de arquivo material do cotidiano.

Essa leitura não significa atribuir intenção narrativa consciente aos construtores. A narrativa emerge do processo histórico. Os materiais, os espaços e as transformações permitem reconstruir relações entre pessoas, ambiente e práticas. Nesse sentido, o levantamento arquitetônico pode ser interpretativo: além de medir, procura compreender.

A noção de narrativa também ajuda a evitar uma visão estática do patrimônio. Se uma casa é entendida como registro de processos, suas alterações passam a fazer parte do objeto de estudo. A substituição de materiais ou a criação de novos ambientes deixa de ser vista apenas como perda de autenticidade e passa a ser investigada como evidência de transformação cultural.

5. TERRITORIALIDADES RURAIS E AS MÚLTIPLAS FORMAS DE RIQUEZA

5.1. Território Como Processo e Não Apenas Como Superfície

A noção de território ganha maior potência analítica quando deixa de ser compreendida como simples recorte espacial. Raffestin (1993) destaca as relações de poder envolvidas na produção territorial, enquanto Haesbaert (2004) enfatiza a multiplicidade de territorialidades. Essas contribuições permitem compreender que diferentes sujeitos podem atribuir usos, valores e significados distintos ao mesmo espaço. A arquitetura participa desse processo porque organiza atividades, delimita usos, cria pontos de encontro e materializa determinadas formas de apropriação.

A casa rural, nesse sentido, não está apenas localizada em um território previamente constituído. Ela participa da constituição desse território. Sua posição em relação aos caminhos, às áreas de cultivo, às fontes de água e aos espaços de convivência produz conexões práticas entre diferentes pontos da paisagem. O território é, portanto, simultaneamente contexto e resultado de práticas.

Santos (2006) contribui para essa leitura ao enfatizar a articulação entre objetos e ações. Uma casa, um curral, um caminho ou um espaço de cultivo são objetos materiais, mas sua existência territorial depende das ações que os ativam. Um caminho sem circulação perde parte de sua função; um espaço produtivo sem manejo deixa de cumprir o papel que lhe foi atribuído; uma casa sem práticas de convivência pode permanecer fisicamente existente, mas modificar profundamente seu significado. A arquitetura deve ser interpretada dentro dessa relação entre materialidade e ação.

5.2. Territorialidades, Diferença e Não Homogeneização

A utilização do Norte de Minas Gerais como horizonte territorial exige cuidado metodológico. A região reúne diferentes ambientes, histórias, práticas produtivas e grupos sociais. Dessa forma, falar em arquitetura rural norte-mineira como se houvesse uma única matriz formal ou cultural seria contraditório com a própria perspectiva territorial adotada. O território deve ser reconhecido em sua diversidade e em suas diferenças internas.

A contribuição de Escobar (2016) é relevante nesse ponto porque permite problematizar concepções de desenvolvimento que tendem a separar sociedade e natureza ou a considerar determinados conhecimentos como obstáculos à modernização.

Quijano (2005) e Walsh (2009), por sua vez, ajudam a questionar hierarquias de conhecimento. Aplicada à arquitetura, essa discussão significa reconhecer que os saberes construtivos locais não devem ser avaliados apenas segundo parâmetros externos antes que suas próprias lógicas sejam compreendidas.

Isso não implica idealizar todos os conhecimentos tradicionais nem afirmar que toda solução vernacular seja adequada às condições atuais. O reconhecimento epistemológico é diferente de uma avaliação automática. Técnicas podem apresentar limitações, exigir manutenção ou depender de recursos que se tornaram escassos. A postura analítica consiste em compreender primeiro os conhecimentos e as relações que sustentam determinada solução e, posteriormente, discutir suas possibilidades, limites e transformações.

Raffestin (1993) entende o território como resultado de relações de poder e apropriação. Haesbaert (2004), por sua vez, chama atenção para a multiplicidade de territorialidades e para a impossibilidade de reduzir território à simples superfície delimitada por fronteiras. Essas contribuições são importantes porque permitem compreender que o espaço rural é produzido por relações econômicas, políticas, culturais e simbólicas.

Milton Santos (2006) contribui para pensar o espaço como conjunto indissociável de objetos e ações. Essa perspectiva é particularmente adequada à arquitetura rural: a casa é um objeto, mas suas funções e significados dependem das ações realizadas nela e ao seu redor. O território resulta da articulação entre materialidade e prática.

Escobar (2016) amplia essa discussão ao propor a valorização de formas de existência e conhecimento que não separam rigidamente sociedade e natureza. Essa contribuição permite questionar modelos que tratam o território apenas como recurso econômico. Em contextos tradicionais, terra, água, vegetação, produção, memória e parentesco podem integrar um mesmo sistema de vida.

A noção de riqueza, nesse sentido, também pode ser ampliada. Para a perspectiva adotada neste artigo, a riqueza territorial não se resume à capacidade de gerar renda ou ao valor imobiliário da terra. Pode incluir água, biodiversidade, conhecimentos, redes de solidariedade, autonomia produtiva, memória e capacidade de reprodução cultural. A arquitetura participa dessa riqueza porque materializa condições para viver, produzir e conviver.

6. ARQUITETURA RURAL COMO MATERIALIZAÇÃO DE SABERES TERRITORIAIS

Se a arquitetura pode ser entendida como expressão cultural dos modos de habitar, a arquitetura rural apresenta uma condição particularmente reveladora: sua forma está frequentemente vinculada às atividades produtivas, às características ambientais, aos deslocamentos cotidianos e às relações familiares e comunitárias. A casa não se encontra isolada em meio à paisagem. Ela integra uma constelação espacial composta por quintais, terreiros, roças, currais, caminhos, fontes de água, áreas de armazenamento e espaços de sociabilidade.

Essa ampliação da escala de análise evita uma interpretação excessivamente objetual. Uma planta registra dimensões e compartimentações; um levantamento construtivo identifica

materiais; uma fotografia documenta aparência. Entretanto, nenhum desses registros, isoladamente, explica por que a casa foi implantada naquele ponto ou como seus moradores utilizam os espaços em diferentes momentos. A arquitetura ganha inteligibilidade quando esses elementos são relacionados às práticas.

A casa rural pode, portanto, ser interpretada como uma espécie de síntese material entre conhecimento ambiental, organização familiar, necessidades produtivas e valores culturais. Essa síntese não é definitiva. Ela se modifica conforme mudam as famílias, os materiais disponíveis, as condições econômicas e as relações territoriais.

6.1. A Casa e o Território: Entre Edificação, Quintal e Paisagem

Uma das consequências dessa abordagem é superar a ideia de que a unidade arquitetônica corresponde necessariamente ao edifício fechado. Em muitas situações rurais, a experiência doméstica distribui-se pela casa, varanda, terreiro, quintal, horta, pomar, estruturas de criação e caminhos. As fronteiras entre morar, trabalhar, produzir e conviver podem ser menos rígidas que aquelas encontradas em contextos urbanos.

O quintal pode funcionar simultaneamente como espaço produtivo, extensão da cozinha, área de convivência, lugar de cultivo e espaço de transmissão de conhecimentos. A presença de árvores, plantas medicinais e estruturas de apoio pode revelar práticas que não aparecem em um levantamento convencional. O quintal constitui, assim, uma dimensão material do saber territorial.

A relação entre casa e paisagem também merece atenção. A implantação pode responder à proximidade de água, à topografia, à orientação solar, aos ventos, à disponibilidade de materiais e à conexão com caminhos. Essas relações não devem ser transformadas em regras universais, mas em questões de investigação: quais conhecimentos orientaram a implantação? Quem decidiu? Como essas decisões foram aprendidas?

6.2. Técnica Construtiva Como Conhecimento

A técnica construtiva costuma ser apresentada como conjunto de procedimentos destinados a produzir determinado resultado material. Em contextos tradicionais, entretanto, a técnica também pode ser compreendida como conhecimento incorporado à experiência. Saber trabalhar com terra, madeira, pedra ou fibras envolve reconhecer materiais, perceber condições ambientais e dominar procedimentos aprendidos pela observação e pela prática.

A ausência de instrumentos industriais não deve ser confundida com ausência de complexidade ou conhecimento construtivo. A capacidade construtiva pode envolver adaptação de recursos disponíveis, correção de problemas e transmissão de procedimentos por observação e prática. O conhecimento pode existir antes de ser transformado em desenho técnico ou norma escrita.

Essa perspectiva permite diferenciar valorização de idealização. Técnicas tradicionais possuem qualidades e limitações. Podem demandar manutenção, apresentar problemas em determinadas situações ou necessitar de adaptações. O reconhecimento do saber local não exige tratá-lo como solução universal, mas compreender suas condições de uso e seu significado.

Para a arquitetura contemporânea, esse diálogo abre possibilidade de processos colaborativos. O profissional pode atuar como mediador entre diferentes conhecimentos, sem substituir o saber dos moradores pelo conhecimento técnico. Isso exige escuta, documentação e disposição para reconhecer que o território também produz conhecimento arquitetônico.

6.3. Territorialidades Diversas no Norte de Minas Gerais

O Norte de Minas Gerais constitui campo relevante para essa discussão por reunir diferentes formas de relação com a paisagem. A categoria 'comunidade tradicional' não deve apagar diferenças entre grupos. Geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, quilombolas e outras populações possuem histórias, ambientes e formas de territorialização específicas.

Entre os geraizeiros, as relações com os ambientes dos Gerais envolvem práticas produtivas e conhecimentos associados ao Cerrado. A arquitetura relacionada a esses modos de vida deve ser investigada em conexão com a produção, os caminhos, os espaços coletivos e as estratégias de permanência no território.

No caso dos vazanteiros, a relação com o rio introduz uma dimensão temporal. Cheias e vazantes reorganizam usos, produção e circulação. A paisagem é experimentada de maneira dinâmica. Isso sugere que uma análise arquitetônica deve considerar também sazonalidade e mobilidade, e não apenas a implantação fixa da casa.

Entre os veredeiros, a relação entre moradia, cultivo e vereda evidencia que mudanças territoriais podem alterar diretamente as condições de reprodução de um modo de vida. Quando práticas são

restringidas, os sistemas espaciais que as sustentam também podem ser transformados.

A diversidade regional impede, portanto, a construção de uma imagem única da arquitetura rural norte-mineira. O mais produtivo é investigar como cada territorialidade produz relações particulares entre casa, paisagem, trabalho, memória e comunidade.

6.4. Arquitetura Rural, Transformação e Contemporaneidade

Uma leitura cuidadosa da arquitetura rural precisa incorporar a mudança. Casas mudam porque famílias mudam, necessidades se alteram e novos materiais chegam. Uma construção originalmente feita com terra pode receber revestimentos industrializados; uma varanda pode ser fechada; uma cozinha pode incorporar novos equipamentos. Essas alterações não eliminam automaticamente a dimensão cultural da edificação.

A transformação pode ser parte da continuidade. Um conhecimento vivo é capaz de responder a novas circunstâncias. Por isso, o estudo deve observar tanto permanências quanto substituições. A chegada do concreto, de esquadrias industrializadas ou de coberturas metálicas pode revelar mudanças econômicas, técnicas e simbólicas.

Essa questão possui implicações para políticas de patrimônio. Preservar não precisa significar congelar. A conservação de uma arquitetura viva deve considerar uso, manutenção, conforto, segurança e autonomia dos moradores. O objetivo não deveria ser obrigar uma comunidade a permanecer em uma imagem do passado, mas reconhecer os conhecimentos e relações territoriais que dão sentido às formas construídas.

Também é necessário evitar classificações automáticas de sustentabilidade. Materiais locais podem apresentar vantagens, mas seus impactos dependem de extração, transporte, processamento, durabilidade, manutenção e descarte. A análise deve ser concreta e contextualizada.

6.5. Conflitos Territoriais e Continuidade dos Modos de Construir

A relação entre arquitetura e território torna-se ainda mais evidente quando o território é ameaçado. Se determinadas formas de construir dependem de materiais, paisagens, práticas produtivas, redes familiares e lugares de memória, alterações profundas podem comprometer a continuidade desses sistemas culturais.

Pesquisas sobre conflitos ambientais territoriais no Norte de Minas Gerais indicam que transformações territoriais podem atingir os modos de viver e fazer de comunidades tradicionais e ameaçar a continuidade das arquiteturas vernáculas. Essa perspectiva amplia a discussão patrimonial: proteger arquitetura não significa somente conservar paredes e coberturas, mas compreender as condições territoriais que permitem sua reprodução.

O patrimônio arquitetônico rural pode ser compreendido como processo. Uma casa pode desaparecer fisicamente enquanto conhecimentos permanecem na memória de seus moradores. Da mesma forma, uma casa pode permanecer em pé enquanto os modos de vida que lhe conferiam significado são profundamente alterados. A conservação material é importante, mas não suficiente.

Para a pesquisa arquitetônica, isso abre uma agenda metodológica: levantamento físico acompanhado de entrevistas, história oral, cartografia social, registros fotográficos, estudo de materiais, análise

de percursos e reconstrução das transformações. A arquitetura seria estudada simultaneamente como objeto, prática, memória e território.

7. SÍNTESE ANALÍTICA: DA CASA AO SISTEMA TERRITORIAL

7.1. Tipologia, Variação e Transformação

A noção de tipologia pode ser útil para organizar a observação da arquitetura rural, mas precisa ser utilizada com cautela. Uma tipologia pode identificar recorrências de implantação, organização espacial, materiais ou sistemas construtivos; entretanto, quando transformada em modelo rígido, ela tende a apagar justamente as diferenças que tornam as arquiteturas rurais socialmente significativas. Rapoport (1969) e Oliver (2003) permitem sustentar uma leitura na qual a forma é resultado de relações culturais e ambientais, e não uma fórmula que se reproduz mecanicamente.

Uma mesma casa pode atravessar diferentes momentos de transformação. A ampliação de um cômodo, a substituição de uma cobertura, o fechamento de uma varanda ou a introdução de instalações contemporâneas podem alterar a configuração física sem eliminar completamente a lógica espacial anterior. Em outros casos, mudanças aparentemente pequenas podem modificar profundamente os usos. Por isso, o levantamento arquitetônico deve registrar não apenas o estado atual, mas, quando possível, as camadas de transformação identificadas pelos moradores e pelos vestígios construtivos.

A ideia de transformação também impede que a arquitetura rural seja associada automaticamente ao passado. O caráter tradicional de uma prática não depende de sua imobilidade. Uma técnica pode

ser adaptada; um espaço pode receber nova função; uma família pode reorganizar sua casa diante de mudanças econômicas. A continuidade cultural pode ocorrer justamente por meio da capacidade de transformação.

7.2. Materialidade, Manutenção e Ciclos de Vida

A análise da arquitetura rural também precisa considerar o tempo de vida dos materiais e dos sistemas construtivos. Uma edificação não é produzida uma única vez e depois mantida de forma estática. Coberturas são reparadas, paredes são refeitas, pisos são substituídos e espaços são ampliados. A manutenção constitui, portanto, parte do processo arquitetônico. Ela mobiliza conhecimentos, disponibilidade de materiais, trabalho e decisões familiares.

Essa observação é relevante para a discussão patrimonial porque pode alterar a própria definição de autenticidade. Se a autenticidade for associada exclusivamente à permanência integral dos materiais originais, muitas arquiteturas rurais em uso serão consideradas descaracterizadas. Se, ao contrário, forem consideradas as práticas de manutenção e adaptação, será possível reconhecer que a continuidade de uma arquitetura pode depender de sua capacidade de incorporar mudanças.

Também é necessário evitar conclusões automáticas sobre sustentabilidade. A utilização de materiais locais ou técnicas de baixo processamento pode apresentar vantagens em determinadas situações, mas seus resultados dependem das condições específicas de extração, disponibilidade, transporte, manutenção e desempenho. O diálogo entre saberes tradicionais e conhecimento

técnico contemporâneo deve ser construído por análise concreta, e não por idealização.

7.3. Transmissão dos Saberes e Reprodução da Arquitetura

Se a arquitetura rural é entendida como materialização de saberes, torna-se necessário perguntar como esses saberes são aprendidos e transmitidos. Ingold (2015) oferece uma contribuição importante ao compreender o conhecimento como algo desenvolvido por meio da experiência, da atenção e do envolvimento com o mundo. Na construção, isso pode significar aprender observando, auxiliando, repetindo procedimentos e ajustando decisões às condições concretas do trabalho.

A transmissão não precisa ocorrer apenas por instrução verbal. Ela pode estar incorporada aos gestos, à escolha de materiais, à leitura do terreno e à capacidade de reconhecer problemas durante a execução. Essa dimensão prática ajuda a explicar por que determinados conhecimentos podem ser difíceis de registrar apenas em manuais. A documentação arquitetônica, portanto, deve buscar registrar processos e narrativas, além de produtos finais.

Ao mesmo tempo, a transmissão dos saberes não deve ser tratada como processo fechado. Novos materiais, relações de trabalho, tecnologias e necessidades podem modificar a maneira como as técnicas são aprendidas. A questão central não é determinar se uma prática permanece “pura”, mas compreender quais elementos são mantidos, quais são transformados e quais condições permitem sua continuidade.

A hipótese central do artigo pode, assim, ser reformulada de maneira mais precisa: quanto mais a arquitetura é analisada em

conexão com as práticas e relações que sustentam o modo de vida, mais se torna possível compreender sua dimensão cultural e territorial. Inversamente, quando a análise se limita à forma física, parte relevante do conhecimento que produz e mantém a arquitetura permanece invisível.

Essa síntese também ajuda a qualificar o conceito de 'saber territorial'. Não se trata simplesmente de um conjunto de informações sobre o ambiente. Trata-se de um conhecimento prático, situado e relacional, constituído pela experiência e pela participação na vida do território. Seu caráter arquitetônico aparece quando esse conhecimento orienta implantação, escolha de materiais, organização dos espaços, manutenção e transformação da moradia.

Essas escalas não são independentes. Uma alteração territorial pode provocar uma mudança no sistema produtivo; a mudança produtiva pode alterar o uso do quintal; a alteração do uso pode modificar a organização da casa; e a mudança da casa pode interferir nas memórias associadas ao lugar. A arquitetura deve ser compreendida, portanto, como parte de uma cadeia de relações e não como objeto isolado.

As discussões anteriores permitem formular uma síntese: a casa rural deve ser analisada em pelo menos quatro escalas articuladas. Na primeira, está a materialidade imediata — estrutura, vedação, cobertura, aberturas e acabamentos. Na segunda, encontram-se os espaços de uso cotidiano — varanda, cozinha, terreiro, quintal e áreas de apoio. Na terceira, aparece a paisagem produtiva — roças, áreas de criação, fontes de água, caminhos e outros lugares de trabalho.

Na quarta, encontra-se o território como rede de relações históricas, políticas, ambientais e culturais.

8. IMPLICAÇÕES PARA A ARQUITETURA, O PATRIMÔNIO E A PESQUISA

8.1. Implicações para o Levantamento Arquitetônico

Se a unidade de análise deixa de ser exclusivamente a casa e passa a incluir suas relações territoriais, o levantamento arquitetônico também precisa ser ampliado. Plantas, cortes e fachadas continuam necessários, mas podem ser acompanhados por mapas de uso, registros fotográficos sequenciais, croquis de fluxos, identificação de áreas produtivas e entrevistas sobre transformações. O objetivo não é abandonar a precisão técnica, e sim acrescentar informações que expliquem como a edificação funciona dentro da vida cotidiana.

Um levantamento dessa natureza pode registrar diferentes temporalidades. A configuração atual pode ser desenhada com precisão, enquanto alterações anteriores podem ser identificadas por relatos, fotografias antigas e marcas construtivas. Essa sobreposição permite compreender a casa como processo. Também possibilita distinguir mudanças realizadas por necessidade, por preferência estética, por exigência técnica ou por transformação das atividades familiares.

8.2. Implicações para a Preservação do Patrimônio Rural

A preservação de arquiteturas rurais apresenta um desafio específico: muitas edificações permanecem significativas justamente porque continuam sendo utilizadas. Uma política patrimonial que ignore o uso cotidiano pode transformar uma

arquitetura viva em objeto congelado. A conservação precisa, portanto, considerar as condições de permanência dos moradores, as necessidades de manutenção e as adaptações indispensáveis ao uso contemporâneo.

Nesse sentido, inventários patrimoniais podem incorporar informações sobre práticas e conhecimentos associados à edificação. Registrar quem construiu, quais materiais foram empregados, como a casa é mantida, quais atividades ocorrem em seus espaços e quais memórias estão vinculadas ao lugar pode produzir documentação mais consistente do que um registro exclusivamente formal. A arquitetura deixa de ser apresentada como peça isolada e passa a ser documentada como parte de uma rede social e territorial.

A preservação também precisa considerar que nem toda transformação representa perda de valor. Em determinados casos, a adaptação pode ser justamente o que permite a permanência da edificação. A questão analítica passa a ser distinguir transformações que eliminam relações fundamentais das transformações que atualizam a arquitetura sem romper sua continuidade. Essa avaliação exige diálogo com os sujeitos que utilizam o espaço.

8.3. Implicações para a Formação e a Prática Profissional

A discussão desenvolvida possui implicações para a formação do arquiteto e urbanista. A leitura de arquiteturas rurais demanda habilidades que ultrapassam o domínio de representação gráfica. É necessário desenvolver capacidade de escuta, observação de práticas, leitura da paisagem, compreensão de processos construtivos e interpretação das relações sociais que organizam o

espaço. O profissional passa a atuar menos como único produtor legítimo do conhecimento espacial e mais como participante de um processo de tradução e articulação entre saberes.

Essa postura não elimina o conhecimento técnico. Pelo contrário, torna sua aplicação mais situada. Questões relacionadas a desempenho, segurança, acessibilidade, conforto, conservação e adequação de instalações continuam exigindo conhecimento especializado. O desafio está em fazer com que esse conhecimento dialogue com a experiência dos moradores, em vez de substituir automaticamente soluções existentes sem investigar sua lógica e suas funções.

Para pesquisas futuras, essa perspectiva sugere desenhos metodológicos participativos. Entrevistas semiestruturadas, história oral, caminhadas comentadas, mapas afetivos, registros de processos construtivos e levantamento arquitetônico podem ser combinados. A escolha dos instrumentos deve acompanhar a pergunta de pesquisa e respeitar os limites éticos da produção de conhecimento com comunidades. O resultado esperado não é apenas uma descrição mais detalhada da arquitetura, mas uma compreensão mais precisa das relações que a produzem.

As discussões desenvolvidas permitem formular algumas implicações para a prática arquitetônica. A primeira é metodológica: projetos e levantamentos em contextos rurais deveriam começar pela compreensão do território e das práticas, e não apenas pelo programa arquitetônico. Conhecer como as pessoas vivem pode alterar a própria definição do problema de projeto.

A segunda é patrimonial. A preservação de arquiteturas rurais precisa considerar usos e sujeitos. Inventariar uma casa sem registrar os conhecimentos, memórias e práticas que a sustentam pode produzir uma documentação incompleta. O patrimônio deve ser entendido como relação entre materialidade e vida social.

A terceira é epistemológica. O arquiteto precisa reconhecer que o conhecimento profissional é apenas uma das formas possíveis de compreender o espaço. Saberes locais não devem ser tratados como curiosidades a serem coletadas, mas como conhecimentos capazes de participar da definição dos problemas e das soluções.

A quarta implicação é ambiental. A experiência acumulada pelas comunidades pode oferecer pistas sobre adaptação climática, manejo de recursos e organização do espaço. Entretanto, essas pistas devem ser investigadas criticamente, evitando tanto o descarte automático quanto a romantização.

Por fim, a pesquisa arquitetônica pode ampliar seus instrumentos. Além de plantas e fotografias, entrevistas, mapas afetivos, narrativas de vida, registros de processos construtivos e cartografias sociais podem revelar dimensões do habitar que os instrumentos convencionais não alcançam.

8.4. Participação, Autoria e Ética na Produção do Conhecimento

A ampliação dos instrumentos de pesquisa também exige atenção às relações de autoria e representação. Quando a investigação trata de saberes locais, o pesquisador não trabalha diante de um objeto neutro, mas em relação com pessoas que possuem suas próprias interpretações sobre a casa, o território e a memória. A descrição acadêmica precisa distinguir aquilo que foi observado, aquilo que foi

narrado pelos interlocutores e aquilo que constitui interpretação do pesquisador. Essa distinção aumenta a transparência metodológica e reduz o risco de transformar experiências particulares em afirmações gerais.

A perspectiva decolonial discutida por Quijano (2005) e Walsh (2009) reforça a necessidade de questionar hierarquias na produção do conhecimento. No campo da arquitetura, isso significa reconhecer que desenhos técnicos, categorias profissionais e linguagens acadêmicas possuem legitimidade específica, mas não esgotam as formas pelas quais os moradores conhecem e descrevem seus espaços. Uma pessoa pode não utilizar termos técnicos para explicar uma cobertura, uma implantação ou um sistema construtivo e, ainda assim, possuir conhecimento especializado sobre seu funcionamento.

Esse reconhecimento modifica também a posição do pesquisador. Em vez de buscar apenas confirmar categorias previamente definidas, a investigação pode utilizar os relatos e práticas dos moradores para reformular suas próprias perguntas. A casa deixa de ser somente aquilo que o pesquisador consegue medir e passa a incluir aquilo que os sujeitos reconhecem como importante. Memórias, trajetos, lugares de encontro, espaços de trabalho e elementos aparentemente secundários podem adquirir centralidade quando observados a partir da experiência cotidiana.

A ética da pesquisa, nesse contexto, não se reduz à autorização formal para registrar imagens ou realizar entrevistas. Ela envolve cuidado com a circulação das informações, respeito aos significados atribuídos pelos sujeitos e atenção para que a documentação não seja utilizada de maneira descontextualizada. Em estudos de

patrimônio e arquitetura rural, esse cuidado é relevante porque a divulgação de determinadas informações pode afetar a exposição de lugares, recursos ou práticas que possuem valor para as comunidades.

8.5. Da Documentação à Interpretação: Uma Matriz de Leitura

Como síntese operacional, a abordagem proposta pode ser organizada em quatro perguntas articuladas. A primeira pergunta é material: como a edificação é construída, implantada e transformada? A segunda é prática: o que as pessoas fazem nos diferentes espaços e como esses usos se distribuem ao longo do dia e do ano? A terceira é territorial: quais relações conectam a casa ao quintal, aos espaços produtivos, aos caminhos, à água e à paisagem? A quarta é histórica e simbólica: quais memórias, conhecimentos e relações de pertencimento estão associados a esses espaços?

Essa matriz não pretende substituir métodos de levantamento ou análise arquitetônica. Sua função é impedir que dimensões relevantes sejam excluídas por uma definição estreita do objeto. Uma planta pode responder à primeira pergunta com grande precisão; entrevistas e observação podem responder à segunda; cartografia e leitura da paisagem podem aprofundar a terceira; história oral e narrativas podem contribuir para a quarta. O ganho metodológico está na articulação entre esses registros.

A proposta também permite comparar casos sem pressupor que sejam idênticos. Duas casas podem apresentar soluções construtivas diferentes e, ainda assim, desempenhar funções semelhantes. Inversamente, duas casas formalmente parecidas podem participar de territorialidades distintas. A comparação passa,

então, da semelhança visual para a relação entre forma, prática e contexto. Esse deslocamento é coerente com a compreensão da arquitetura vernacular como fenômeno cultural e não apenas como repertório de formas.

Em termos analíticos, a matriz permite compreender a arquitetura rural como sistema de relações. A materialidade é o ponto de entrada, mas não o ponto final. O edifício conduz ao uso; o uso conduz às práticas; as práticas conduzem ao território; e o território remete a histórias, conflitos, conhecimentos e formas de pertencimento. Essa sequência não é linear, pois cada dimensão interfere nas demais. Ainda assim, ela oferece um procedimento para organizar a pesquisa e tornar explícitos os níveis de análise.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar que a arquitetura rural pode ser compreendida para além de sua materialidade imediata. A casa, seus espaços adjacentes e sua relação com a paisagem constituem partes de um sistema de práticas no qual conhecimentos, memórias, técnicas e relações territoriais se articulam.

A contribuição central do artigo está em propor uma mudança na unidade de análise: em lugar de tomar a casa isoladamente, propõe-se investigá-la como parte de um sistema territorial de práticas, memórias, conhecimentos e relações ambientais. Essa proposição transforma a pergunta 'como é a casa?' em um conjunto de questões sobre como se aprende a construir, como se decide onde construir, como os espaços são usados, quais conhecimentos são necessários para mantê-los e como as transformações territoriais repercutem na arquitetura.

No Norte de Minas Gerais, essas questões ganham importância devido à diversidade de territorialidades e às transformações que atravessam os espaços rurais. Não há uma arquitetura regional única. Existem formas diversas de habitar, associadas a diferentes ambientes, histórias e relações sociais.

Reconhecer a arquitetura como materialização de saberes territoriais também implica reconhecer os limites da própria pesquisa. As hipóteses aqui formuladas precisam ser confrontadas com investigações de campo que escutem os sujeitos e documentem as práticas em seus contextos. O próximo passo, portanto, é transformar a reflexão teórica em pesquisa empírica, articulando levantamento arquitetônico, história oral, cartografia social e observação das práticas cotidianas.

Mais do que defender uma forma específica de construir, o artigo propõe uma forma de olhar. Olhar para a arquitetura rural significa olhar para as pessoas que a constroem, para os territórios que a sustentam e para os conhecimentos que nela permanecem registrados. Nessa perspectiva, a arquitetura deixa de ser apenas objeto e passa a ser entendida como parte viva da cultura e da produção territorial.

9.1. Limitações e Agenda de Pesquisa

Esse desenho permitiria verificar empiricamente quais saberes participam da implantação das casas, como são transmitidos, quais espaços são mais importantes para os moradores e de que maneira mudanças territoriais repercutem na arquitetura. Também possibilitaria confrontar a interpretação proposta neste artigo com

as narrativas dos próprios sujeitos, condição necessária para uma abordagem menos assimétrica do conhecimento.

Uma pesquisa posterior poderá testar a hipótese em estudos de caso selecionados. Recomenda-se combinar levantamento métrico e fotográfico, análise dos sistemas construtivos, entrevistas semiestruturadas, história oral, caminhadas comentadas, cartografia social e registro das transformações das edificações. A escolha dos casos deverá considerar diferentes territorialidades e condições ambientais, permitindo comparação sem apagar especificidades locais.

Como ensaio teórico, este estudo possui limitações que precisam ser explicitadas. A principal é a ausência de trabalho de campo próprio. As relações entre arquitetura e territorialidades apresentadas aqui derivam de literatura e de interpretação conceitual; portanto, não podem ser apresentadas como descrição empírica de todas as comunidades ou edificações rurais do Norte de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar com a Terra: novas leituras sobre desenvolvimento, território e diferença. São Paulo: Elefante, 2016.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, Martin. Ensaios e conferências. Petrópolis: Vozes, 2002.

INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVER, Paul. Dwellings: the vernacular house worldwide. London: Phaidon, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAPOPORT, Amos. House form and culture. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

XAVIER, Celiane Souza; ENNES, Camila Saturnino Braga. Conflitos ambientais territoriais e produção cultural em comunidades tradicionais: um olhar sobre as arquiteturas vernáculas. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 16, n. 1, p. 145-170, 2023.

¹ Arquiteto e Urbanista. CAU/MG A 1956019